



UM TRABALHO COLABORATIVO NO ENSINO DE HISTÓRIA: GÊNERO, SEXUALIDADES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Marta Gouveia de Oliveira Rovai¹

Lívia Nascimento Monteiro²

Triodite Gabriel Donizetti Partenos Ferreira Simionato³

Este texto trata de um relato de experiência relativo às atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho (GT) Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-Raciais no Ensino de História, desenvolvidas entre agosto de 2020 e março de 2021, no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alfenas, sob a orientação das professoras Marta Rovai e Lívia Monteiro. (Re)pensando o ensino de história, os currículos, as práticas docentes, sob a perspectiva da História Pública e dos debates de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, o GT, a partir de suas discussões e atividades, produziu e publicou um caderno didático, em formato de *ebook*, intitulado *Gênero, Sexualidades e Relações Étnico-Raciais: um guia para o Ensino de História* (ROVAI; MONTEIRO, 2021a)⁴, visando a promoção de uma educação crítica e emancipadora e a contribuição com a formação (inicial ou continuada) de professores/as de História.

Estávamos no contexto da pandemia da Covid-19 quando o ensino, em suas várias dimensões e espaços físicos, teve que se adaptar rapidamente, migrando para as plataformas virtuais; assim também foi no curso de História da Unifal-MG. Diante das dificuldades, incertezas e impasses em manter as aulas em seu formato original, transportando-as para o ambiente virtual, surgiu a ideia dos Grupos de Trabalhos, substituindo as disciplinas regulares. Os GTs foram propostos de forma participativa e democrática, a partir de temas de interesses dos próprios discentes, que se manifestaram por meio de uma consulta. Diante da multiplicidade de sugestões e unindo professores e

1 Professora adjunta da Universidade Federal de Alfenas-MG. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. E-mail: marta.rovai@unifal-mg.edu.br

2 Professora adjunta da Universidade Federal de Alfenas-MG. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: livia.monteiro@unifal-mg.edu.br

3 Mestranda na Universidade Estadual de Montes Claros-MG. Graduada em História pela Universidade Federal de Alfenas. E-mail: triodite.simionato@gmail.com

4 O livro pode ser acessado pelo link: <https://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/wp-content/uploads/sites/125/2021/12/47-LIVRO-UNIFAL-GENERO-E-SEXUALIDADE-ROVAI-MONTEIRO-2021-2.pdf>.





professoras de diferentes disciplinas e estudantes de diferentes períodos, os temas foram agrupados em temáticas mais amplas, formando-se, assim, oito GTs que vigoraram nesse período – sendo o nosso um deles.

A experiência dos GTs possibilitou a desconstrução e a reconstrução das disciplinas de História, não mais condicionadas por divisões canônicas e quadripartites, não mais eurocêntrica e colonial, colonizada e colonizadora, mas sim pela potencialização do estudo, da pesquisa e do debate sobre diferentes temporalidades, lugares, sujeitos, corpos e relações a partir de um eixo central (ou eixos, como no nosso caso, em uma abordagem interseccional e decolonial acerca das relações de gênero, sexualidade e étnico-raciais). Uma possibilidade que reinventava o ensino de História e as relações professor/professora-aluno/aluna/alune, uma vez que os temas partiam justamente do interesse discente, atravessado pela própria experiência do isolamento e do medo. Assim, o processo de ensino-aprendizagem não cabia mais na divisão tradicional e hierarquizante entre docente-detentor do saber e discente-receptáculo do saber: nós, docentes e discentes, nos ensinávamos e aprendíamos de forma mútua e dialógica.

Potencializava-se, desse modo, um ensino em História Pública, compreendido por nós como um processo crítico diante da própria Academia e seu papel como construtora e divulgadora de conhecimento, mas também participativo no qual o/a professor/professora procurava engajar os/as alunos/alunas/alunes quanto ao acesso, reelaboração e divulgação da ciência histórica, de modo aberto à troca de experiências e saberes não acadêmicos (ROVAI; MONTEIRO, 2021b, p. 2). Nesse sentido, o/a docente era entendido/a como um/a mediador/a-provocador/a, e o/a discente como um público ativo, plural e produtor de saberes (PENNA; SILVA, 2016), uma vez que a cada aula os grupos apresentavam suas pesquisas, suas impressões e propostas de escrita e divulgação para o ensino de História, numa relação de autoria e de autoridade compartilhada entre docentes e discentes, seguindo o conceito de Michael Frish (2016). Nesse sentido, ressaltamos que os temas de interesse levantados pelos/as estudantes nem sempre são dependentes do saber acadêmico, mas resultam das múltiplas vivências desses sujeitos e corpos inseridos em diferentes relações de poder.

As atividades do GT, portanto, foram definidas pelo diálogo entre os saberes acadêmicos e as vivências compartilhadas pelos/as discentes, entre eles/as corpos negros, lgbs e periféricos. Entre os diferentes conceitos, saberes e experiências foram





evidenciados os debates sobre história das mulheres, feminismos, gênero, sexualidade, teoria queer, racismo, masculinidades, população LGBTQIA+, sexismo, cisheteronormatividade, com o cuidado de manter-se a orientação teórica e conceitual de autores/as como Michel Foucault, Judith Butler, Joan Scott, Lélia González, María Lugones, Angela Davis, Julieta Paredes, Patricia Collins, Raywen Connell, Jaqueline de Jesus, Letícia Carolina Nascimento, entre outras. Buscamos desnaturalizar e historicizar os discursos e práticas sobre gênero, sexualidade e etnia-raça de diferentes lugares e temporalidades, confrontar e descolonizar a narrativa hegemônica – eurocentrada, patriarcal, branca, cisheteronormativa - de certa narrativa histórica presente em currículos e livros didáticos e que contribui para o silenciamento e apagamento histórico de “grupos dissidentes”.

Entendemos a escola e o ensino como constituidores e constituídos pelas relações desiguais de gênero, sexualidade e etnia-raça, como lugares de disciplinamentos, omissões e perpetuação de relações de poder e estigmas; mas em contrapartida, também como lugares de enfrentamentos, questionamentos e subversões (LOURO, 1997; LOURO, 2000). Não se tratou de criar uma disciplina específica para esses debates; ou criar um nicho, como se as questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais fossem “curiosidades exóticas” (LOURO, 2001, p. 550), ou um apêndice complementar na História – branca, colonial, patriarcal, cis-heteronormativa; mas de questionar essas ausências de forma transversal, as hierarquias de poder naturalizadas pelo ensino, contribuindo para escrever uma outra história, dissidente, mas existente e resistente.

Guacira Louro (2001, p.551), em diálogo com Eve Sedgwick, nos alerta que as “ausências” na escrita historiográfica (e ainda nos discursos em sala de aula) não são simples acaso e nem neutralidade, mas um efeito das próprias relações de poder da Academia e da escola. Como discorre Nilma Lino Gomes (2017, p. 40-41), questionar as ausências é o caminho para a mudança de enfoque, seja das pesquisas, dos currículos ou do ensino, pois aquilo que *não existe* é, na verdade, produzido como *não existente*. Assim, se nos currículos e práticas docentes as questões de gênero, sexualidade e étnico-raciais não existem é porque foram deliberadamente apagadas de modo a manter as hierarquias de poder intocadas e não questionadas, produzidas como não existentes. É nessa aparente neutralidade da ausência que a escola (re)produz e naturaliza as relações desiguais de poder (SILVA; NASCIMENTO; CAETANO, 2021, p. 203).





Aqui, cabe relembramos outra motivação para a nossa defesa de um “ensino de História posicionado” (ROVAI; MONTEIRO, 2020): o pânico moral, promovido pelos setores conservadores e reacionários da sociedade, suscitado pela simples menção de discussões de gênero e sexualidade na Educação, sob as acusações de “ideologia de gênero” e “doutrinação” (YORK, 2019). Por mais que os currículos nacionais promovam os debates étnico-raciais, garantidos pelas leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, para as questões de gênero e sexualidade não há políticas de ensino – tal situação configura-se como uma ausência deliberada, um mecanismo de silenciamento sobre essas discussões, vide o próprio documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que as exclui. No histórico traçado por Solange Monteiro e Paulo Ribeiro (2020), nota-se como essas temáticas apareciam anteriormente na legislação educacional, como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996), entre os temas transversais, depois nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2012). Todavia, na última década percebe-se o fortalecimento de um “discurso antigênero”, como afirma a ativista travesti Sara York (2019). No Plano Nacional de Educação (2014), nos Planos Municipais de Educação (2015) e na Base Nacional Comum Curricular (2017), as discussões de gênero e sexualidade foram suprimidas, silenciadas, censuradas (mas, evidenciamos, não sem disputa).

Os silenciamentos são expressões do poder, tentativas de manter longe das escolas essas discussões, como se essa instituição pudesse se manter distante das manifestações e dos debates (SILVA; NASCIMENTO; CAETANO, 2021, p. 203). Ora, o nosso próprio GT surgiu de demandas discentes: os/as estudantes não podem ser considerados/as como desprovidos/as de saberes, ignorantes, ingênuos/as, uma vez que possuem conhecimentos que extrapolam os muros da escola ou da universidade e o trazem para dentro deles, “nossos alunos não ignoram; pelo contrário, trazem para a sala de aula” (ROVAI; MONTEIRO, 2021b, p. 5). As experiências de preconceito, estigmatização, discriminação e violações dos direitos humanos na vida de muitos deles/as tornam urgente a necessidade dessas discussões estarem nas universidades e integrarem a formação dos professores/as, para que essas temáticas não sejam silenciadas, invisibilizadas, mas reivindicadas, pesquisadas, analisadas, ensinadas, procurando “formar profissionais de História conscientes da importância de trabalhar nas suas aulas as questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais como uma aposta no combate aos preconceitos”, às hierarquias de opressão e dominação, ao patriarcado, ao racismo, à cisheteronormatividade, à misoginia,





à lgbtfobia, ao “cistema”⁵, à colonialidade (ROVAI; MONTEIRO, 2021b, p. 5).

A experiência de escrever um caderno didático em colaboração

Entre uma pedagogia libertadora (FREIRE, 1996), transgressora (hooks, 2017), decolonial (WALSH, 2017), queer (LOURO, 2001), “das ausências e das emergências” (GOMES, 2017, p. 42), construímos nosso caderno didático, ampliando as discussões síncronas e assíncronas que fizemos ao longo desse período. O objetivo era historicizar as relações de poder que os currículos tratam como “naturais”, questionar as ausências, abalar o cânone (LOURO, 2001, p. 542); enfim, confrontar os discursos hegemônicos, eurocentrados, coloniais, racistas, cisheteronormativos e patriarcais, (re)conhecendo vivências invisibilizadas e silenciadas e enfrentando os sistemas de opressão. Não se trata de um “livro de receitas”, mas de contribuir com a formação inicial e continuada de professores/as e com suas práticas em sala de aula, com vistas a um ensino de História posicionado, público, democrático e decolonial, que não naturalize as opressões e que reconheça as “multidões queer” (PRECIADO, 2011) dos diferentes lugares e temporalidades na História, e não mais reforce um sujeito abstrato, único e “neutro” (um sujeito, na verdade, masculino, branco, cisheterossexual, eurocentrado).

Para a elaboração do caderno didático, longe de uma escrita linear e excessivamente acadêmica, procuramos utilizar diferentes formatos textuais (verbetes, oficinas, minibiografias, sequências didáticas), acompanhados de ilustrações (produzidas por Triodite Gabriel Simionato) e de indicações de filmes, séries, músicas, livros e outros recursos didáticos para serem utilizados em sala de aula. Dividido em duas partes, a primeira é um glossário com verbetes para apresentar e amparar teórica e conceitualmente as discussões de gênero, sexualidade e étnico-raciais que se seguirão na segunda parte do caderno, contando com indicações de teóricas do campo, com sugestões de suas respectivas obras. Os verbetes foram sugeridos e escolhidos de forma participativa e dialógica pelos alunos, alunas, alunes e professoras, e escritos pelos estudantes e revisado pelas docentes, para um público amplo (docentes, discentes e demais) de modo objetivo, sucinto e claro, trazendo os principais conceitos que muitas vezes são mal interpretados e banalizados em sala de aula.

5 Conceito proposto pela intelectual travesti Viviane Vergueiro (2015) para se referir ao conjunto de discursos e práticas cisheteronormativos que criam normas de controle sobre os corpos.





A segunda parte apresenta propostas de ensino, indicando diferentes recursos e fontes para serem utilizados em sala de aula com suas devidas problematizações (BITTENCOURT, 2018). Inicia-se com a busca e divulgação de acervos, museus e memoriais relativos às populações LGBTQIA+, resultado da pesquisa realizada pelos/as discentes e pelo debate promovido por seu compartilhamento. Muitas vezes, fomos movidos por provocações sobre a linguagem universal masculina nos materiais didáticos e seus efeitos sobre o imaginário social binário e opositor (bancos/as e negros/as, homens e mulheres, cisgêneros e transgêneros), na medida em que produzem papéis de gênero, atributos raciais e preconceitos. Tal ação mostrou-se desafiadora diante da ausência e do desconhecimento desses espaços e, mais uma vez, reforçamos que essa ausência era efeito dos mecanismos de poder vigentes (o patriarcado, o racismo, a heterossexualidade compulsória, o sistema). Esses espaços (Museu da Pessoa, Museu da Diversidade Sexual, Museu Travesti do Peru, Close – Centro de Referência da História LGBTQI+ do RS, e o Instituto Cultura, Arte e Memória LGBT) configuram-se como “sítios de consciência”, conceito proposto por Márcia Briones (2015), entendidos como lugares de memória capazes de informar sobre eventos traumáticos e (re)existências e promover uma educação em direitos humanos, contribuindo para a publicização de histórias invisibilizadas e silenciadas; afinal, as disputas discursivas não se dão somente no âmbito das legislações educacionais e currículos, mas também no campo da memória.

Na sequência, desenvolvemos três oficinas (estruturadas pelos/as discentes do GT), a fim de trabalhar com conceitos em sala de aula de modo dinâmico, criativo, simples e afetivo. Todas as oficinas podem ser adaptadas ao contexto escolar do/a professor/ra. Ao todo foram três oficinas, usando dos conceitos do glossário, sobre feminismos e sobre interseccionalidades e do material levantado pelo grupo, tais como filmes, fotografias, música, imagens relativas à história das mulheridades e feminilidades. A terceira seção da parte de propostas de ensino tratou de valorizar minibiografias de mulheres negras, LGBTQIA+ e indígenas (sendo elas: Aline Pachamama, Beatriz Nascimento, bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Chimamanda Adichie, Conceição Evaristo, Djamilia Ribeiro, Eliane Potiguara, Graça Graúna, Jaqueline de Jesus, Jenyffer Nascimento, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Márcia Kambeba, Marielle Franco, Megg Rayara, Patricia Collins, Paulina Chiziane, Sônia Guajajara e Xica Manicongo), contando também com ilustrações, poesias e indicações de leituras. Assim como os verbetes, essas mulheres





foram escolhidas e suas minibiografias escritas pelos/as próprios/as discentes a fim de fornecer material para uso em sala de aula. Na verdade, uma forma de combater a ideia de que as histórias das mulheridades e feminilidades não são escritas por falta de fontes e sim devido à ausência de posicionamento político que as reconheça como sujeitas da história.

Utilizando de suas trajetórias e de sua produção como recursos didáticos, sugerimos um ensino de História que questionasse e rompesse com os silenciamentos do modelo patriarcal e sexista, pela divulgação de suas experiências, vivências e sensibilidades, enfrentando um ensino em que, pelo olhar branco e cisgênero, elas passariam despercebidas. A história da escravizada travesti Xica Manicongo, por exemplo, ou o debate em torno de jornais LGBTQIA+ como *O Lampion da Esquina* e *Chanaconchana*, em plena ditadura militar brasileira (1964-84), afetou a compreensão do passado pelo grupo de estudantes, do ponto de vista do olhar único sobre a história e sobre os inúmeros silenciamentos históricos. Ao fim, a última seção do livro apresentava sequências didáticas, elaboradas pelos/as estudantes, com o uso de fontes, recursos pedagógicos e linguagens, como filmes, séries, pinturas, músicas, mídias digitais e impressos, que possibilitem as discussões de gênero, sexualidade e etnia-raça dentro e fora da escola.

Buscamos, então, contribuir para o reconhecimento do direito à memória e à história de grupos subalternizados (SPIVAK, 2010), não de modo a complementar uma história masculina, cisheterossexual, branca e eurocentrada, mas a partir dessas alteridades, para questionar, denunciar, subverter e reescrever os discursos hegemônicos e canônicos dos currículos de História, cujas narrativas têm desqualificado ou objetificado existências, contribuindo para (re) produzir condutas e “corpos educados” (LOURO, 2001). Acreditamos que, no sentido da resistência a isso, exista um movimento dentro das escolas que já repensa e recria o ensino de História a partir de uma perspectiva descolonizadora dos currículos e práticas e gostaríamos de nos somar a ele.

Considerações finais

A experiência da pandemia, do isolamento social, do negacionismo histórico e do ensino virtual colocou a todos/as nós em posição de alerta político, educacional e afetivo. O GT de Gênero, sexualidade e relações étnico-raciais nos permitiu responder a esse cenário com ainda mais estudo, pesquisa e trocas dialógicas, pensando em formas de nos





acolhermos ainda mais e de nos apropriarmos das redes virtuais para divulgar história. Pensar o ensino de História, movidos/as pela preocupação com o silenciamento e a fragmentação social, nos mobilizou a pensar nos interesses e demandas por parte de discentes, em também docentes da educação básica, em um contexto negacionista que ofende sujeitos/as envolvidos/as com a educação e renega as pesquisas e discussões de gênero, sexualidade e raça, por meio de processos de invisibilizações, censuras (como aquelas estimuladas por um discurso de vigilância por parte de setores fundamentalistas e reacionários que fundaram o Movimento Escola sem Partido) e epistemicídios. Compreendemos o quão importante é ocupar espaços físicos e virtuais e assumir disputas pelo direito à alteridade, à história e à memória no ensino de História. Acreditamos numa posição política que entende a escola e os corpos como muito mais do que receptáculos dessas práticas e discursos disciplinadores, e o ensino de História muito além da reprodução de conhecimentos produzidos pela Academia.

A elaboração de um caderno didático virtual e de acesso público é um importante produto de divulgação histórica e de ensino, mas ele é apenas resultado de um processo dialógico que envolveu pesquisa, troca de saberes e experiências e muitos afetos. É o processo, mais do que o produto, que importa para a história pública. E pensando nos processos mais democráticos de ensino também no “chão da escola” é que imaginamos que a apropriação criativa dessa pequena obra coletiva pelos/as docentes e discentes da educação básica possa contribuir para estimular novas pesquisas, diálogos e escritas em sala de aula, reinventando currículos e práticas pedagógicas que reconheçam e reparem danos históricos, respeitem as diferenças e os direitos humanos. Para isso, defendemos um ensino que tenha posicionamento, que busque evidenciar os processos históricos que constroem os sistemas de opressão, que questione as ausências e subverta os currículos e práticas docentes, e que não compreenda as desigualdades e nem as normas brancas, sexistas e cisheteronormativas como “naturais” e “a-históricas”, mas sim como produtos de relações de poder violentas e históricas, a fim de vislumbrar outras visões de mundo, outros modos de viver, outras realidades, outros corpos, outros sujeitos e sujeitas e outras possibilidades de aprender e lutar.

Referências bibliográficas



bell hooks. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História**. Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2018.

BRIONES, Márcia. Sítios de consciência: a memória e a comunicação. **10º. Encontro Nacional de História da Mídia**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 03 a 05 de junho de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRISH, Michael. A história pública não é uma via de mão única ou *De A Shared Authority à cozinha digital*, ou vice-versa *In: SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana M; ALMEIDA, Juniele R. (orgs.). História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 57-70.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MONTEIRO, Solange; RIBEIRO, Paulo. Sexualidade e gênero na atual BNCC: possibilidades e limites. **Pesquisa e Ensino**, Barreiras, v. 1, p. 1-24, 2020.

PENNA, Fernando A.; SILVA, Fernanda C. A. As operações que tornam a história pública: as responsabilidades pelo mundo e o ensino de História. *In: MAUD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

ROVAI, Marta G. de O.; MONTEIRO, Livia N. (orgs.). **Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais: um guia para o ensino de História**. Alfenas: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021a.

ROVAI, Marta G. de O.; MONTEIRO, Livia N. Gênero, sexualidades e relações étnico-raciais no ensino de História: um relato de experiência. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 26, n. especial, p. 1-12, 2021b.

ROVAI, Marta G. de O.; MONTEIRO, Livia. História das mulheres e História Pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. **História em Reflexão**, Dourados, v. 14, n. 27, p. 206-230, 2020.

SILVA, Roberto; NASCIMENTO, Letícia Carolina; CAETANO, Marcio. *A Bicha Docente Despachada: sociopoetizando a educação nas diferenças*. **Textura**, Canoas, v. 23, n. 55, p. 194-214, 2021.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.





VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedades) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WALSH, Catherine. **Pedagogías Decoloniales**. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Quito: Editora Abya-Yala, 2017.

YORK, Sara. A travesti, o Vaticano e a sala de aula. **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, v. 19, n. 1, p. 112-124, 2019.

